COMISSSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO N° DE 2009 (Do Senhor Silas Câmara)

> Solicita a realização de audiência pública, nesta Comissão, com a presença do Ministro da Justiça, Tarso Genro; do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, Prefeitos dos municípios onde estão ou deveriam estar as bases operacionais da Polícia Federal do estado do Amazonas, do Diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; do Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sérgio Lúcio Fontes, e do Diretor de Relações do Trabalho da Federação Nacional dos Policiais Federais Francisco (Fenapef), Carlos Sabino, debater a carência de policiais federais na Amazônia e no Estado do Amazonas, com a mais extensa área de fronteira do país.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão, com a presença do Ministro da Justiça, Tarso Genro; do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga; do Diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; do Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sérgio Lúcio Fontes, e do Diretor de Relações do Trabalho da Federação Nacional dos Policiais Federais(Fenapef), Francisco Carlos Sabino, para debater a carência de policiais federais na Amazônia e no Estado do Amazonas, com a mais extensa área de fronteira do país.

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese a localização geográfica do maior Estado do país, o Amazonas, e o fato deste contar com a mais extensa área de fronteira — tendo



ao Norte a Venezuela, a Oeste o Peru e a Noroeste a Colômbia- é calamitoso e vexatório constatar que o programa idealizado para combater o narcotráfico na fronteira com a Colômbia, previsto para contar com 10 bases e 180 policiais, hoje registra apenas 3 bases, e o efetivo está em torno de 20 policiais.

Ninguém mais tem dúvida de que por essa imensa fronteira desguarnecida também passa hoje grande parte das armas potentes que abastecem traficantes e criminosos. Isso mostra, como enfatizou editorial do jornal Correio Braziliense do último dia 20 de outubro, que "urge incrementar as ações de inteligência e apertar o cerco ao crime organizado, com foco não nas operações em morros e favelas, que deixam os moradores sob fogo cruzado, mas em suas fontes de financiamento", no mercado clandestino de armas e munições, de drogas e contrabando pesado que faz a festa nas fronteiras abandonadas.

Para todo o Estado do Amazonas, existem hoje apenas 236 policiais federais, quando Mato Grosso do Sul conta com 378; Ceará com 374, Pernambuco com 355, São Paulo com 1480; a sede, em Brasília, com 767; Rio Grande do Sul com 625, Minas Gerais com 559, dentre outros estados mais contemplados.

Como ficou comprovado depois da prisão há alguns anos do traficante Fernandinho Beira Mar, e mais recentemente de outros expoentes do crime no país e nos países fronteiriços, os traficantes brasileiros abastecem os membros organização política denominada FARC com medicamentos, combustíveis, armas e munições, recebendo em troca a cocaína já pronta para o consumo. Essa cocaína é a mesma que corrói a sociedade brasileira, fazendo com que jovens se entreguem ao vício e à vida criminosa, deixando pais desesperados e governantes atônitos, como se vê hoje com os últimos acontecimentos do Rio de Janeiro.

Passados nove (9) anos do lançamento da chamada OPERAÇÃO COBRA (assim chamada em razão das sílabas iniciais dos nomes Colômbia e Brasil), o que se vê é o total descaso com tudo que foi planejado, com o projeto sendo deteriorado a cada dia e uma região consagrada e cobiçada por toda a humanidade ser totalmente abandonada à própria sorte, senão relegada a um quarto plano.

O mais grave é que a idéia do surgimento dessa Operação no Amazonas tinha como principal alvo proteger o cidadão e a sociedade, em toda a extensão da fronteira Brasil/Colômbia, visando a identificar e a obstruir os sistemas produtivos de entorpecentes estabelecidos na Amazônia, bem como desarticular organizações criminosas transnacionais, dedicadas ao também nefasto tráfico de armas e entorpecentes.

A sede dessa Operação é na cidade de Tabatinga(AM), sendo ali instalada a Coordenação de Operações Especiais de Fronteira, coordenando as atividades de todas as bases . Isso, no papel. Na realidade, o descaso chegou ao ponto de uma base, pronta há quase dois anos, não ter ainda entrado em atividade devido

a falta de mobiliário e construção de uma rampa, que se estima não custar mais que R\$ 30 mil (Trinta mil reais). Esta seria a base GARATÉIA, situada na confluência dos rios Içá e Solimões, de importância absoluta na fiscalização daquela região. Como se não bastasse esses problemas, hoje em dia as embarcações são pilotadas por pessoas estranhas aos quadros policiais, pois nem mesmo policiais habilitados são para lá alocados. Pesa, ainda, o fato de que concurso a ser realizado para esse setor em nada vai acrescentar de efetivo para a região, já que aqueles que ali se encontram serão substituídos pelos novos concursados e deixarão o Estado, pois não existe incentivo para se .permanecer em bases abandonadas, com os policiais exercendo suas atividades em áreas de risco e sem as mínimas condições de trabalho.

Com essa audiência pública, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional cumpre, mais uma vez, o importante papel de ser agente do processo legislativo, buscando soluções para problemas enfrentados pela população. É preciso combater o mal pela raiz, começando por mais segurança e fiscalização da maior área de fronteira da Nação, garantindo ao povo amazônida e ao Estado do Amazonas um aumento significativo de policiais federais na sua vasta região de fronteira, com instalações decentes e logística apropriada para o desempenho de suas funções em defesa da sociedade e do Estado brasileiros.

Sala da Comissão, 20 de outubro de 2009.

Deputado SILAS CÂMARA (PSC –AM)